

APRESENTAÇÃO

A publicação Observatório da Cidadania Relatório 2002 é produto de coalizões de cidadãs e cidadãos de mais de 40 países, reunidos na iniciativa Social Watch. O relatório resumido de cada país é resultado de muitas semanas de pesquisas, consultas e deliberações. Autoras e autores vêm de campos distintos: alguns se dedicam a defender os direitos humanos, enquanto outros ajudam pessoas pobres a se organizarem na esfera comunitária. Alguns trabalham para sindicatos que representam milhares de trabalhadores, enquanto outros estão concentrados em questões de gênero.

Todos/as colaboradores do Social Watch devem pesquisar os fatos e as últimas tendências em países onde as estatísticas vitais são freqüentemente inexistentes, ocultas ou distorcidas para refletir o ponto de vista oficial. O passo seguinte é resumir, em poucas páginas, as conclusões extraídas das longas discussões, perguntando-se: qual é a nossa mensagem principal? Esse detalhe fornece uma prova convincente ou é meramente um fato curioso?

A riqueza de informações e o debate fértil por trás de cada relatório poderiam encher livros inteiros e, de fato, muitas das coalizões nacionais do Social Watch começaram a publicar livros similares para não perder esses importantes recursos. Porém, nosso trabalho não está concluído com a publicação de relatórios; os resultados devem ser divulgados amplamente para que possam dar forma e influir positivamente nas políticas que irão corrigir as injustiças.

Em 1995¹, os líderes mundiais assumiram o compromisso de erradicar a pobreza do mundo. Desde então, o Social Watch pergunta anualmente aos governos o que fizeram para implementar esse compromisso e, a cada ano, informamos o que foi ou não alcançado.

Dar informações no âmbito internacional sobre o que ocorre na esfera nacional garante maior transparência e responsabilidade social. Proporcionar indicadores numéricos é uma tentativa primitiva de captar realidades complexas de modo simplificado. Entretanto, como mostram os Jogos Olímpicos e os concursos de beleza, as comparações internacionais são um instrumento de motivação poderoso.

O Social Watch acompanha atentamente os indicadores de cada uma das principais metas internacionais para identificar em que áreas são necessários mais esforços e que políticas precisam ser modificadas.

Os compromissos foram reafirmados e sofreram evolução. Em 2000, na reunião mais numerosa da história de chefes de Estado e de governo, foi prometido por unanimidade: “Não pouparemos esforços para livrar nossos semelhantes – homens, mulheres e crianças – das condições abjetas e desumanas da pobreza extrema.”² Em grande medida, o tema da pobreza esteve no centro das deliberações de dirigentes empresariais e governamentais reunidos/as no Fórum Econômico Mundial de Nova York, em fevereiro de 2002, da mesma forma que esteve presente no Fórum Social Mundial das organizações da sociedade civil, realizado simultaneamente em Porto Alegre.

Na história, nenhuma outra causa ou campanha popular desfrutou de tanto apoio moral... nem de tão poucos resultados concretos.

A tarefa de eliminar a pobreza não é simples. Como mostram os dados deste relatório, mais da metade da humanidade vive na pobreza. As mulheres e as crianças constituem uma maioria desproporcional desses pobres. A luta futura parece desanimadora.

No entanto, os recursos necessários para eliminar a pobreza são abundantes. Para alimentar e educar adequadamente todas as crianças e oferecer serviços de saúde a todas as mães seria necessário um percentual muito pequeno das fortunas pessoais de alguns dos homens mais ricos do planeta (há poucas mulheres na lista). De fato, grande parte dessa riqueza está justamente naqueles lugares onde vivem muitos dos mais pobres dos pobres.

Tem sido afirmado recorrentemente que a globalização é a chave para resolver esse problema. Se fossem eliminadas todas as restrições ao comércio e ao movimento dos capitais internacionais, mais riqueza seria criada e sua circulação seria como a da água em vasos comunicantes, elevando todas as pessoas ao patamar de vida daquelas que tiveram a sorte ou a astúcia de começar mais cedo.

Na realidade, isso não está acontecendo. Mais do que nunca, a riqueza e o poder estão concentrados. Joseph Stiglitz, Prêmio Nobel de Economia de 2001, concluiu:

“não vemos a ‘mão invisível’ de Adam Smith porque ela não existe”.³

Para que o mercado funcionasse como mecanismo eficaz de distribuição, todos/as participantes deveriam ter as mesmas informações. Isso jamais acontece na prática.

1 Esse compromisso foi assumido na Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague, Dinamarca, por 115 chefes de Estado e de governo, um comparecimento histórico, somente superado pelo número de presentes na Cúpula do Milênio da Assembléia Geral da ONU em 2000.

2 Parágrafo 11 da Declaração do Milênio, ONU.

3 De notas do autor feitas na conferência de Joseph Stiglitz, realizada no Banco Central, Montevidéu, novembro de 2001.

Os chefes de Estado da Cúpula Social de 1995 chegaram à mesma conclusão:

“sabemos que a pobreza, a falta de emprego produtivo e a desintegração social são ofensas à dignidade humana. Sabemos também que elas se reforçam negativamente, implicam um desperdício de recursos humanos e constituem uma manifestação de ineficácia do funcionamento dos mercados e das instituições e processos econômicos e sociais”.⁴ Portanto, “é preciso que existam políticas oficiais para corrigir as falhas dos mercados, complementar os mecanismos comerciais, manter a estabilidade social e criar um ambiente econômico nacional e internacional favorável ao crescimento sustentável em escala mundial.”⁵

Cada um dos relatórios nacionais deste livro se refere a políticas públicas necessárias para combater a pobreza naquele país. Na esfera internacional, a lista é bem conhecida: uma solução para o problema da dívida, acesso aos mercados internacionais para os produtos dos países em desenvolvimento, controles para os fluxos desestabilizadores do capital especulativo e, por último mas não menos importante, mais ajuda (e de melhor qualidade) para o desenvolvimento que chegue efetivamente às pessoas pobres.

Devemos pôr um fim a essa postura de dois pesos e duas medidas e à hipocrisia de um sistema internacional que movimenta os capitais livremente por todo o mundo, porém não concede às trabalhadoras e aos trabalhadores esse mesmo direito; que exige dos países pobres que abram seus mercados, mas não requer o mesmo dos países ricos; que obriga os países em desenvolvimento a apertar o cinto em tempos de recessão, mas permite aos governos ricos intervir em tempos de crise.

Essa postura dupla gera cinismo, apatia, corrupção e deterioração da vida democrática e da estrutura social que mantém as comunidades unidas. Esse duplo padrão também motiva as pessoas a levantar suas vozes, a se organizar, exigir transparência e defender mudanças. Aí reside nossa esperança. Afinal, presidentes/as, primeiros/as-ministros/as e monarcas reunidos em Copenhague, que têm o poder de introduzir as reformas, escreveram:

“só poderemos continuar merecendo a confiança da população do mundo se considerarmos prioritárias suas necessidades”.⁶ ■

ROBERTO BÍSSIO

4 Parágrafo 23 da Declaração de Copenhague.

5 Parágrafo 6 do Programa de Ação de Copenhague.

6 Parágrafo 23 da Declaração de Copenhague.